

TRABALHO DO ADOLESCENTE: UMA QUESTÃO COMPLEXA E CONTROVERSA

Heronwaldo Borges Assunção¹

Resumo

A adolescência e a juventude são consideradas como as oportunidades privilegiadas para se garantir a plena expressão dos potenciais de crescimento e desenvolvimento de cada indivíduo. No Brasil, os adolescentes e jovens (10-19 anos) correspondem a 17,9% da população. A Organização Internacional do Trabalho estima que 352 milhões de crianças menores de 17 anos estejam trabalhando no mundo. Deste total, 8,4 milhões de crianças e adolescentes estão envolvidas com as piores formas de trabalho infantil. Desde o século XVI já se tem referência ao trabalho infanto-juvenil no Brasil. O trabalho dos adolescentes é visto como aprendizado, mas existem diferentes opiniões a respeito. Parte da população brasileira enxerga o trabalho do adolescente como uma forma de socialização, já outra parte entende essa atividade laboral como uma forma de exploração. Estudos realizados no Brasil têm apontado efeitos negativos do trabalho sobre a saúde dos adolescentes trabalhadores, danos que podem ser evidentes apenas em estágios posteriores da vida; além do subemprego, condições precárias de trabalho, rendimento escolar insatisfatório, evasão escolar e privação social. O presente estudo possui como objetivo analisar a complexa e controversa questão do adolescente trabalhador, bem como as condições desse trabalho e sua repercussão na formação do adolescente. Os sujeitos serão os adolescentes inseridos em programas sociais formadores/mediadores para o mercado de trabalho no município de Uberaba MG. Será utilizada a metodologia de abordagem quanti-qualitativa, apoiada no materialismo histórico. Os dados serão coletados no 2º semestre de 2012, através de questionário semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas, construído pelo autor e auto-aplicado. O tratamento dos dados será por análise de conteúdo e estatística descritiva. Deverão ser entrevistados aproximadamente 40 adolescentes. Pretende-se com esta pesquisa analisar e buscar uma melhor compreensão sobre a complexa e controversa questão que é inserção do adolescente no mercado de trabalho.

Introdução

A adolescência é considerada como a oportunidade privilegiada para se garantir a plena expressão dos potenciais de crescimento e desenvolvimento de cada indivíduo. Potenciais esses que se caracterizam pela diferenciação de estruturas e funções, em um processo de maturação geneticamente programado, porém fortemente influenciado por fatores ambientais, bem como individuais, a exemplo da nutrição, das condições de vida e higiene, da estimulação, de proteção contra agravos, do uso de drogas lícitas e ilícitas, de atividade física,

¹ Mestrando em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Franca/SP, pesquisador do QUAVISSS-UNESP-Franca/SP, Endereço: Rua José Pedro Fernandes, 44, Oneida Mendes, Uberaba, MG, CEP 38082-182. Telefone: (34) 8812-6917. E-mail: hb.assuncao@uol.com.br

sono, estresse, das incapacidades funcionais e das doenças crônicas. Esses fatores podem modificar, interromper ou reverter os fenômenos que caracterizam a puberdade (BRASIL, 2010). É também um período evolutivo na vida do ser em busca de uma nova forma de visão interior e do mundo, visando definir o seu caráter social, sexual, ideológico e vocacional.

O adolescer é uma fase de conflitos, tanto para o adolescente quanto para quem convive com ele. Estão em formação e com isso tendem a ousar mais, desafiar mais. Cada vez mais a família se vê surpreendida pelas transformações sociais e culturais que permeiam e moldam o comportamento do jovem na atualidade (RODRIGUES, 2012).

Muitas tentativas de resposta já foram produzidas, porém, nenhuma delas conclusiva. Etimologicamente falando, adolescência provém do verbo “adolescerê”, que significa brotar, fazer-se grande. Em geral, acredita-se que o fenômeno da adolescência é um processo de mudança que marca a passagem da infância para a fase adulta, esse processo é sinal distintivo das sociedades consideradas menos evoluídas, pois, em inúmeras tribos, podemos identificar ritos de passagem que denotam esta operação definitivamente. (CHAGAS, 2011)

A população adolescente e jovem (10-19 anos) no Brasil corresponde a 17,9% da população nacional, segundo o censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, trata-se de um grupo com grande expressividade populacional. São 34.157.631 de adolescentes e jovens, dos quais 50,6% homens e 49,4% mulheres. No município de Uberaba-MG essa população corresponde a 15,4% do total de habitantes (45.651), sendo 7,9% homens e 7,5% mulheres (IBGE, 2010).

Pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, no ano de 2000 havia 352 milhões de trabalhadores com idade entre 05 e 17 anos no mundo. Sendo 73 milhões crianças com menos de 10 anos de idade, quase 138 milhões tinham entre 10 e 14 anos e mais de 140 milhões eram adolescentes na faixa dos 15 aos 17 anos. No mercado de trabalho de países da América Latina e Caribe, estavam inseridos mais de 27 milhões de trabalhadores de 5 a 17 anos (ILO, 2002).

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD/2009) do IBGE, 4.250.401 crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos trabalhavam no Brasil naquele ano, o equivalente a 5,6% da população total do país. A mesma pesquisa mostra 1.153.000 adolescentes trabalhadores com 14 e 15 anos e 2.190.000 com 16 e 17 anos. Já o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego registrou naquele ano 97.827 aprendizes de 14 a 18 anos (BRASIL, 2011).

A PNAD/2008 informa que o percentual de crianças e adolescentes em situação de trabalho que cumprem jornadas semanais iguais ou maiores a 40 horas aumentou de 28,6% em 2006 para 30,2% em 2008. O Suplemento especial da PNAD/2006 mostra que das 5,1

milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 273 mil tiveram algum machucado ou doença ocorrido em função do trabalho (BRASIL, 2011).

O Brasil tem uma longa história de exploração de mão de obra. Utilizou por praticamente quatrocentos anos a mão de obra escrava e sempre explorou, em maior ou menor grau, a mão de obra infantil.

Para Rizzo e Chamom (2011) as crianças pobres sempre trabalharam para manter a si e auxiliar financeiramente suas famílias. No Brasil quanto menor a renda da família e a escolaridade da pessoa de referência da unidade familiar, maior o risco de ingresso precoce no mundo do trabalho.

A referência mais antiga ao trabalho infanto-juvenil que encontramos na história de nosso país data do século XVI, onde oficiais faziam embarcar os próprios parentes como pajens, sublinhando o prestígio da classe e a possibilidade de ascensão aos mais altos cargos. As crianças embarcadas por seus próximos tinham a função básica de aprendizes, eram ajudantes nos navios que saíam da Europa e vinham para o Brasil, sendo submetidas a toda sorte de perigos, maus-tratos, humilhações, abusos e passando por sérias necessidades. Uma grande maioria dessas crianças e adolescentes não sobrevivia às longas viagens marítimas.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, navios negreiros vindos da costa africana despejavam no Mercado do Valongo, no Rio de Janeiro, em média 40.000 homens, mulheres e crianças por ano. Permaneciam em quarentena, para serem engordados e tratados das doenças. Ao adquirirem uma aparência mais saudável, eram comercializados da mesma maneira que se comercializa gado no interior do Brasil (GOMES, 2007).

Ainda segundo Gomes (2007, p. 219, grifo nosso):

Despejados aos milhares no porto do Rio de Janeiro pelos navios negreiros, os escravos eram um bem relativamente barato e acessível mesmo às famílias de classe média da corte de D. João. ..., em 1803, um negro adulto era vendido por 40 libras no Rio de Janeiro. Seria o equivalente hoje a cerca de 10.000 reais. Uma mulher custava um pouco menos cerca de 32 libras. **Um garoto, 20 libras.**

Filhos de trabalhadores livres também ingressavam muito cedo em diversas atividades produtivas no campo e nas cidades. Posteriormente, o processo de industrialização do país, iniciada no final do século XIX e aprofundada ao longo do século XX, levou à incorporação de grandes contingentes de crianças às atividades fabris de diversos ramos, bem como em novas atividades do setor terciário, tal como ocorrera nos países pioneiros da Revolução Industrial (BRASIL, 2011).

Conforme destacado por Engels (2010, p. 187):

Desde os começos da nova indústria, as crianças foram empregadas nas fábricas. No início, em função das pequenas dimensões das máquinas (que, logo em seguida, cresceram), eram praticamente só as crianças que trabalhavam nelas; os fabricantes buscavam-nas nas casas de assistência à infância pobre, que as alugavam em grupos, por um certo número de anos, na condição de ‘aprendizes’. Alojadas coletivamente e uniformizadas, eram naturalmente escravas do patrão, que as tratava de forma bárbara e brutal.

Embora a exploração da mão de obra infantil nas fábricas no Brasil tenha sido denunciada praticamente desde o início da sua utilização, e medidas legislativas de proteção ao “menor” tenham sido adotadas já na década de 1920, o trabalho infantil persiste como um problema social de graves dimensões no país no início do século XXI (BRASIL, 2011).

Era consenso entre a sociedade brasileira, até as décadas de 80 e 90, o entendimento de que trabalho era um fator positivo para as crianças e adolescentes, tendo em vista sua situação social e econômica, condições de pobreza, risco e exclusão. As classes mais pobres compactuavam com as elites essa justificativa para o trabalho do menor.

Atualmente, o trabalho dos adolescentes é visto como aprendizado, mas existem diferentes opiniões a respeito. Uma parte da população brasileira que enxerga o trabalho do adolescente como uma forma de socialização, acha que exercer uma atividade é fundamental para o desenvolvimento e formação profissional, ajuda na escolha da carreira futura e os torna mais responsáveis e independentes. A outra parte discorda dessas ideias e entende o trabalho do adolescente como uma forma de exploração, visto que, eles subordinam-se ao oferecido pelo mercado de trabalho porque necessitam trabalhar, enquanto o empregador, como tem condições de escolher a mão de obra, estabelece o valor que quer pagar e com isso, os adolescentes trabalham muito e recebem salários baixos.

A polêmica assinalada diz respeito ao fato de, por um lado, especialistas de diversas áreas apontarem os danos potenciais que o trabalho precoce pode causar ao crescimento e ao desenvolvimento da criança, no que tange aos aspectos biopsicossociais e ao atraso na escolarização, devido à repetência e evasão escolar; e por outro, a própria comunidade onde estão inseridos os adolescentes trabalhadores interpretar o trabalho do adolescente como positivo para a formação educativa do cidadão (OLIVEIRA, 2000).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal de 13 de julho de 1990, criou condições para assegurar à criança e ao adolescente o cumprimento dos direitos presentes na Constituição de 1988, procurando defendê-los da exploração nas relações de trabalho. Para isso, entre outras medidas, o ECA estabeleceu distinção entre faixas etárias, levando em conta as diferentes fases de desenvolvimento. Considera criança quem tem até 12 anos incompletos e adolescentes, aqueles entre 12 e 18 anos. De acordo com o ECA, é

proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz e ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários. A contratação de aprendizes é obrigatória para empresas submetidas ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, no número equivalente a, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% dos trabalhadores (BRASIL, 2008).

Segundo Asmus et al. (2005, p. 954):

A experiência do trabalho precoce alimenta a ideia de que aquela atividade está ligada apenas à sobrevivência, em especial, para as classes populares. O mais preocupante é que, como em geral as sequelas referentes às doenças do trabalho de adolescentes aparecem somente na fase adulta, as estatísticas ficam mascaradas, dificultando o desenvolvimento de políticas de erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalho do adolescente. Esta situação, de bases socioeconômica e cultural, tem se refletido na saúde física e mental dos jovens, que cada vez mais se afastam da compreensão do significado social do trabalho e ficam potencialmente expostos a riscos ocupacionais graves.

Para os adolescentes, o trabalho pode ter implicações positivas quando propicia aprendizagem e tem significado. Mas também, pode ocasionar impactos para seu desenvolvimento quando as condições laborais se apresentam desfavoráveis. A execução de um trabalho em contexto adverso, geralmente, implica em consequências negativas para a pessoa em desenvolvimento (AMAZARRAY et al., 2009).

Quando da formação de sua identidade, os adolescentes resumem identificações anteriores em uma nova armação psicológica, que AMAZARRAY et al. (2009) classificam em três questões básicas presentes nesse processo: a escolha da profissão, a aceitação de valores e o desenvolvimento de uma identidade sexual satisfatória. Portanto, a escolha profissional, é formadora da identidade do jovem, o qual organiza sua vida a partir dos pactos sociais, profissionais e pessoais.

Segundo Kohlberg (1981):

[...] a adolescência caracteriza-se por um período de construção de valores sociais e de interesse por problemas éticos e ideológicos. O adolescente aspira à perfeição moral e expressa um grande altruísmo, o que frequentemente origina revoltas por descobrir que a sociedade não se reúne com os valores que defende. O fato de possuir novas capacidades cognitivas de reflexão e abstração ir-lhe-á permitir elaborar mentalmente hipóteses, debater idéias e confrontar opinião, construindo uma teoria própria de realidade. O adolescente confronta os seus próprios valores do mundo adulto, na tentativa de alcançar a tão desejada autonomia. Para tal, ajuíza regras e convenções sociais, o que o leva por vezes a acatá-las e, por outras, a obedecê-las [...] (apud SOUZA, 2006, p. 01).

No Brasil, estudos apontam efeitos negativos do trabalho sobre a saúde dos adolescentes trabalhadores (ASMUS et al., 2005; FISCHER et al., 2003), danos que podem ser evidentes apenas em estágios posteriores da vida. No Núcleo de Estudos da Saúde do

Adolescente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Asmus et al. (2005) identificaram, entre 1997 e 2002, por meio de anamnese ocupacional e consulta clínica e social, que as principais patologias relacionadas ao trabalho são doenças osteomusculares, infecções respiratórias do trato superior, doenças alérgicas, problemas oculares e hipertensão arterial. As principais queixas não são originárias do processo de trabalho. Entretanto, quando existe nexo causal entre os problemas de saúde e a atividade laboral, os adolescentes não costumam relacionar os sintomas com o exercício profissional.

Fischer et al. (2003) também relataram diferenças significativas na duração média de sono entre os adolescentes, para aqueles que trabalham foram constatadas menores médias de duração de sono, além de referirem dormir menos e sentirem sono no trabalho e durante as aulas.

Conforme Dallago (2010, p. 23): “O trabalho possui o significado de uma atividade social do homem, que visa transformar o meio em que vive com um esforço afirmado e desejado para a realização de objetivos”. Esse produto típico da espécie humana – o trabalho como atividade proposital orientado pela inteligência – transforma, por sua vez, a própria natureza do homem. A ação humana sobre o mundo externo modifica, ao mesmo tempo, o caráter do que é humano (MARX, 1996 apud RIZZO; CHAMOM, 2010, p. 409).

Portanto, o presente estudo possui como um dos objetivos analisar a complexa e controversa questão do adolescente trabalhador, bem como as condições desse trabalho e sua repercussão na formação do adolescente no município de Uberaba MG, inseridos no programa Projeto dos Meninos – Centro de Formação, Educação e Desenvolvimento.

O Projeto dos Meninos, já existe no município há 18 anos, e tem dentre outros objetivos, congrega crianças e adolescentes e dar-lhes condições de obterem uma formação pessoal e profissional, além de desenvolver capacidades profissionais e intelectuais.

O Projeto dos Meninos organiza-se em estruturas sócio-educativas, sendo o Centro de Formação Educação e Desenvolvimento (07 até 14 anos), o Centro de Expansão Profissional (14 anos até completar o ensino médio) e o Centro de Incentivo ao Ensino Superior (até completar 18 anos).

No Centro de Formação Educação e Desenvolvimento as crianças adquirirão as atitudes e competências básicas que lhes permitam integrar-se de uma forma equilibrada na sociedade. A sua transição para o Centro de Expansão Profissional ocorrerá quando possuírem a idade de 14 anos. Neste centro, os alunos consolidarão as competências básicas adquiridas no centro de educação e procurarão atingir o perfil definido para o seu encaminhamento ao

mercado de trabalho, por meio do exercício de atividades de gestão, agência de projetos, organização de eventos podendo ainda ser envolvidos em projetos de extensão e enriquecimento curricular, bem como de iniciação profissional, sensibilização vocacional visando o encaminhamento para o ensino superior (PROJETO DOS MENINOS, on-line).

Para participar do programa o adolescente deve apresentar declaração de que esta matriculado regularmente no ensino regular, tendo seu desempenho escolar acompanhado.

A condição financeira das famílias também é um importante fator na determinação do trabalho na adolescência. Sendo a família a principal responsável pela inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, razão pela qual estes não conseguiam vislumbrar o que significava para eles mesmos o trabalho, descrevendo-o como uma obrigação para ajudar na economia doméstica, como apontado no estudo de AMAZARRAY et al. (2009). Além disso, o trabalho representa independência e constitui a base para o consumo, ainda que em patamares mínimos, de bens valorizados socialmente e que a família não pode financiar.

Para Engels (2008) o trabalho dos adolescentes também provoca efeitos desagregadores, pois quando conseguem ganhar mais do que seu sustento custa aos pais, começam a colaborar nas despesas domésticas com uma certa quantia e ficam com o resto, o que ocorre muitas vezes a partir dos quatorze ou quinze anos; considerando a casa dos pais como uma pensão, que pode ser trocada ao menor sinal de desagrado.

O trabalho na adolescência apresenta particularidades que o coloca como questão complexa e controversa, que pode abarcar fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento de jovens trabalhadores.

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo **geral** analisar a complexa e controversa questão do adolescente trabalhador, integrante do Projeto dos Meninos no município de Uberaba-MG.

E como objetivos **específicos** identificar as características sociodemográficas da população em estudo; a relação do trabalho com o aprendizado do adolescente; os fatores que levam o adolescente a trabalhar; o significado desse trabalho para o adolescente e as repercussões desse trabalho para o adolescente.

Metodologia

Segundo Minayo (1996), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A importância da abordagem qualitativa acontece por

aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto. Neste tipo de pesquisa, destacam-se a empatia com os motivos que levarão as ações, as estruturas e as relações entre pesquisador e pesquisados se tornam significativas construções humanas (Minayo e Sanches 1993, apud Silveira, 2008, p. 62).

O estudo será desenvolvido no município de Uberaba, que está localizado na zona oeste do estado de Minas Gerais, com uma população de 295.988 habitantes, sendo 45.651 adolescentes (15,4% da população total) (IBGE, 2010).

Os sujeitos do estudo serão os adolescentes trabalhadores inseridos no programa Projeto dos Meninos (aproximadamente 40 adolescentes), tendo como critério de inclusão: ser adolescentes trabalhadores inseridos no Projeto dos Meninos, concordar em participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. E como critério de exclusão: não concordar em participar da pesquisa. Os dados serão coletados na sede do Projeto dos Meninos de acordo com o cronograma a ser elaborado pelo pesquisador, no qual constarão local, data e horário da realização da entrevista.

Resultados esperados

Pretende-se com esta pesquisa analisar e buscar uma melhor compreensão sobre a complexa e controversa questão que é a inserção do adolescente no mercado de trabalho, através do materialismo histórico-dialético; visando identificar a relação do trabalho com o aprendizado do adolescente, os fatores que levam o adolescente a trabalhar, o significado desse trabalho para o adolescente e as repercussões desse trabalho na vida do adolescente. Ingressando precocemente no mercado de trabalho, o adolescente pode não ter a exata noção dos efeitos dessa atitude em sua formação, pois:

“

O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo da força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade (Marx, 1984, apud SANT'ANA et al. 2010, p. 09).

REFERÊNCIAS

ASMUS, C.I.R.F. et al. Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10, p. 953-960, 2005.

AMAZARRAY, M.R. et al. Aprendiz versus Trabalhador: Adolescentes em Processo de Aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Jul-Set, v. 25 n. 3, p. 329-338, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Saúde. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 96 p., 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. – Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. 95 p.

CHAGAS, Arnaldo. **Adolescência: Um fenômeno contraditório**. In Revista de Psicologia Catharsis. [2011] Disponível em:
<<http://www.revistapsicologia.com.br/materias/hoje/adolescencia.htm>> Acesso em: 28 de abril de 2012.

DALLAGO, C.S.T. Relações de trabalho e modo de produção capitalista. In: LOURENÇO, E.A. de S. et al. **Trabalho, Saúde e Serviço Social: Textos apresentados no VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca e V Seminário O trabalho em Debate**. 1. ed. Curitiba: Edição Editora CRV, 2010, Co-edição UNESP, FHDSS, Campus de Franca, 419 p., 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** / Friederich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. – [Edição revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.: il. –(Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels)

FISCHER, F. M. et al. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 2003 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 out. 2011.

GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. BRASIL, (2011). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/index.php>>. Acesso em 28 out. 2011.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION (ILO) 2002. Every child counts: new global estimates on child labour. **International Labour Organization**, Geneva.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Huciteh-ABRASCO, 1996.

OLIVEIRA, D. C. **A educação e o trabalho infantil nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal**. Relatório de Pesquisa apresentado à CAPES, São Paulo, 2000.

PROJETO DOS MENINOS. Uberaba, (2011). Disponível em:
<<http://projetodosmeninos.blogspot.com/>>. Acesso em 29 out. 2011.

RIZZO, C. B. da S.; CHAMON, E. M. Q. de O. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. **Trab. educ. saúde (Online)**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, Nov. 2010 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19817462010000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 out. 2011.

RODRIGUES, Daniele Rocha. **O dentro-fora dos muros da escola: A relação da escola pública com o adolescente e sua família**. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob orientação da Professora Dr. Maria Isabel Barros Bellini. Porto Alegre, 2011.

SANT'ANA, Raquel Santos (org.). **Avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 464 p.

SILVEIRA, Cristiane Aparecida. **Benefícios e malefícios do trabalho sob a ótica de adolescentes trabalhadores**. 2008. 158 f. Tese (Doutorado – Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-12012009-154116/pt-br.php>>. Acesso em: 31 mai. 2012.

SOUZA, P. M. L. **Desenvolvimento moral na adolescência**. 2006. Disponível em:
<<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0296.pdf>>. Acesso em 24 out. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Biblioteca Universitária. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos baseado nas normas de documentação da ABNT**. Uberaba, 2011.